



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Aos 21 dias do mês de agosto, de mil novecentos e noventa e sete, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, em dependências do Hotel Tropical, reuniu-se o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, regularmente convocado, com a presença, inclusive, dos Ministros Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, e do Ministro Bueno de Souza. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Manuel Neuzimar Pinheiro, abriu a sessão, deu as boas vindas aos presentes, entregando a condução dos trabalhos ao Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva, o qual fez longa e pormenorizada exposição sobre a reforma da previdência social, com informação sobre audiência com o Ministro Celso de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem fez demorado relatório do Substitutivo do Senador Bení Veras, com as observações, escritas, que no momento fez distribuir aos participantes do encontro. Disse S. Exa. que o Presidente do Supremo avistou-se, a respeito, com o Presidente da República, após reunião administrativa da Corte Maior, que o autorizou a assim proceder. O expositor falou, ainda, dos sucessivos e permanentes contatos com o Desembargador Paulo Medina, Presidente da AMB, que obteve apoio dos Senhores Senadores para cinco emendas ao Substitutivo Bení Veras, a saber: emendas 2, 16, 24, e 25, além da de nº 5, relativa a Regime Jurídico próprio para aposentadoria e pensões dos magistrados. O Desembargador José Fernandes Filho falou, ainda, sobre a Reforma da Administração e a do Poder Judiciário, com o esclarecimento de que a última está praticamente paralisada na Câmara dos Deputados, à ausência de interesse do Governo no seu andamento. Antes de sua exposição, o Desembargador José Fernandes Filho conclamou os Presidentes de Tribunais de Justiça e os demais participantes da reunião a fazerem um minuto de silêncio, em homenagem à memória do ex-Presidente João Miranda Sobrinho, cuja família visitou e a cuja missa de 30º dia compareceu, representando o Colégio de Presidentes. Após a exposição do Desembargador José Fernandes Filho, o Ministro Pádua Ribeiro manifestou a total solidariedade do Superior Tribunal de Justiça às decisões do Colégio de Presidentes, relativas às reformas constitucionais em andamento. Na parte da tarde do dia 22, o Desembargador Adroaldo Fabrício, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, fez proveita exposição sobre a Execução nos Juizados Especiais Cíveis, prometendo, para a próxima reunião do Colégio de Presidentes, apresentar texto de projeto de alteração da legislação vigente, de modo a viabilizar as execuções, hoje emperradas em quase todos os Juizados. No fim da tarde, o Senador Bernardo Cabral fez uma conferência, reafirmando sua posição relativamente aos temas de interesse da magistratura nacional, especialmente sobre o chamado controle externo do Poder Judiciário, contra o qual se posicionou vigorosamente. S. Exa. deu conhecimento de seu empenho junto ao Senador Bení Veras, no sentido de viabilizar as emendas sugeridas pela AMB, esclarecendo que o Relator acolhera as emendas nº 2 e 16, das quais são repetições as 24 e 25. No final



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

da tarde do mesmo dia, o Colégio de Presidentes tomou, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) elegeu, para a Comissão Executiva, por proposta do Desembargador Romão Amoedo Neto, o Desembargador Neuzimar Pinheiro, na vaga deixada pela Des^a. Maria Lúcia dos Santos; e por proposta do Desembargador Neuzimar Pinheiro, o Desembargador Thiago Ribas Filho, do Rio de Janeiro, para a vaga deixada pelo Desembargador Antônio Carlos Amorim; b) decidiu que haverá uma reunião do Colégio de Presidentes em Recife, no mês de novembro, em data a ser fixada pelo Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado, e que outra, anterior, poderá ser realizada, em outro Estado, se algum Presidente de Tribunal para isso der sua adesão; c) hipotecar irrestrita solidariedade ao Desembargador Gercino José da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, na sua incansável luta contra grupos de extermínio naquele Estado, pelo que vem recebendo ameaças de morte; d) recomendar à Comissão Executiva que faça ofício ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo-lhe, diante da gravidade dos fatos, que a Polícia Federal também os investigue, sobre oferecer garantias àquele respeitável magistrado. No último dia reservado para o Encontro, o Colégio de Presidentes aprovou, também por unanimidade, a “Carta de Manaus”, a seguir transcrita, cuja divulgação ficará a cargo de cada Presidente de Tribunal: “Carta de Manaus. Os Presidentes de Tribunais de Justiça, reunidos em Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nos dias 21 a 23 de agosto, dirigem-se à Nação, convencidos de que seu silêncio nesta hora significaria imperdoável omissão. Encanecidos na judicatura, pertencemos a geração a salvo de eventuais reformas do Estado: mínimo que se espera, os direitos adquiridos deverão ser respeitados, como é da tradição do nosso direito positivo. Sobre-nos, assim, autoridade para bradar nossa inquietação quando percebemos que, propositadamente ou não, a anunciada reforma da previdência social atinge duramente a magistratura nacional, sobretudo a que vier a ser exercida pelos nossos sucessores. Sem garantias mínimas, o magistrado de amanhã, humano e contingente, experimentará densa crise de identidade, se aprovada, como anunciada, a referida reforma Constitucional. As conseqüências últimas recairão sobre a sociedade. O verdadeiro Estado Democrático de Direito reclama um Judiciário independente, operoso e forte, sobre o qual não pairam, ameaças – não importa de onde venham. Não descremos do espírito público de nossos legisladores: há tempo para a reflexão. Mas não é lícito calar.” Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, por ordem do Desembargador Robério Nunes dos Anjos, secretário ad hoc, que a assina, juntamente com os demais Presidentes de Tribunais de Justiça presentes ao encontro.

Seguem assinaturas.